

REDES DE SOLIDARIEDADE, EQUIPAMENTOS SOCIO-EDUCATIVOS E DE GUARDA DAS CRIANÇAS E POLÍTICAS SOCIAIS: UMA PERSPECTIVA NACIONAL

Anália Cardoso Torres, Francisco Vieira da Silva, Teresa Líbano Monteiro, Miguel Cabrita, Filipa Henriques de Jesus

Apresentação: Francisco Vieira da Silva

Introdução

A presente comunicação pretende concretizar uma primeira abordagem aos dados de uma pesquisa realizada a nível nacional (Continente), centrada nas questões da divisão do trabalho pago e não pago entre homens e mulheres.¹ Intitulada “Homens e Mulheres *entre* Família e Trabalho”², a pesquisa inscreve-se na Rede Europeia de Investigação “*European Network for the Division of Unpaid and Paid Labour Between Women and Men*”³, e tem como base empírica mais importante um inquérito por questionário, comum aos diversos países da rede, em cuja concepção participou, desde o início, a investigadora responsável deste estudo.

Ainda que centrada na problemática da divisão do trabalho pago e não pago entre homens e mulheres, esta pesquisa explorou uma série de questões que podem ser reconduzidas a dimensões relacionadas com soluções socioeducativas e de guarda das crianças, apoio a idosos, redes familiares, divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com as crianças entre homens e mulheres, relação entre vida profissional e vida familiar e posição face às políticas sociais. Deste conjunto de questões foram isoladas, para esta comunicação, as que mais directamente se podem relacionar com as soluções socioeducativas e de guarda das crianças adoptadas pelas famílias, o apoio a idosos e as redes familiares de interajuda. O objectivo será tentar captar a forma como homens e mulheres, em diferentes contextos, lidam com estas questões. Começaremos, assim, por fazer um mapeamento das soluções socioeducativas e de guarda das crianças. Analisaremos de seguida o que os inquiridos disseram sobre as redes de interajuda a que recorrem e a que pensam poder recorrer em caso de necessidade. Por fim abordaremos a questão dos cuidados prestados a idosos, quer do ponto de vistas das práticas (cuidados prestados a familiares idosos com necessidade de acompanhamento), quer do ponto de vista das representações que os próprios inquiridos têm sobre o que poderá vir a acontecer na sua velhice.

¹ Desenvolvido no âmbito do CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, o inquérito por questionário foi aplicado, ao longo dos meses de Abril e Maio de 1999 por uma equipa de entrevistadores de uma empresa contratada para o efeito (METRIS – Métodos de Recolha e Investigação Social), a uma amostra estatística representativa da população residente em Portugal Continental, com idade entre os 20 e os 50 anos. A amostra foi constituída por 1700 indivíduos. Os inquiridos foram seleccionados através do método de quotas, com base numa matriz que cruzou as variáveis sexo, idade, instrução, actividade, região e Habitat/Dimensão dos agregados populacionais. A informação foi recolhida através de entrevista directa e pessoal, na residência dos inquiridos e em total privacidade, com base no questionário elaborado pela equipa de investigação. Com base nos resultados obtidos através da aplicação do inquérito por questionário foi construída uma base de dados em SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*, com 1700 casos e aproximadamente 600 variáveis.

² Torres, Anália Cardoso et al, Homens e Mulheres *entre* Família e Trabalho - Relatório de Pesquisa, (2000), CIES-Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE, Lisboa, Policopiado.

³ O programa de pesquisa desta Rede europeia debruça-se sobre os efeitos das políticas na divisão do trabalho pago e não pago entre homens e mulheres nos países membros da União Europeia Informação adicional pode ser obtida através do Website http://cwis.kub.nl/~fsw_2/network.

1. Caracterização da População

Antes de passar à apresentação e análise dos resultados obtidos na pesquisa, será importante referir alguns dados globais de caracterização relativos à população estudada.

Assim, e não esquecendo que a população estudada reporta a uma amostra representativa da população portuguesa residente no Continente entre os 20 e os 50 anos, salienta-se como um dos aspectos mais evidentes a especificidade já conhecida quanto às taxas de actividade da população, onde se destaca a elevada e crescente participação das mulheres no mercado de trabalho.⁴ Na sua globalidade, e como tem vindo já a ser avançado em estudos anteriores, estes resultados mostram as profundas mudanças ocorridas em Portugal no domínio do trabalho e da família. Com efeito, o crescimento da taxa de actividade feminina, nas últimas duas décadas, foi extremamente acentuado. Existem, no entanto, algumas especificidades na situação dos homens e das mulheres perante o mercado de trabalho.

Confirmando tendências já conhecidas conclui-se, a partir dos resultados obtidos, que as estruturas do emprego masculino e feminino mantêm características distintas. As diferenças encontram-se a diferentes níveis e podem passar pela representação nas diferentes categorias profissionais, pela continuidade no desempenho da actividade profissional, pela segurança na profissão, pela posição ocupada dentro da profissão ou pelo tipo de inserção no mercado de trabalho.

Comparando a distribuição de homens e mulheres pelos diferentes grupos profissionais encontraram-se, de facto, padrões específicos de inserção no mercado de trabalho. Verifica-se que as mulheres se distribuem mais pela amostra, sendo a sua a situação modal “empregados do comércio e serviços pessoais”, com um peso de 25,8%, a qual não se distancia muito da categoria “trabalhadores não qualificados” (23,1%). Notou-se, ainda, a preponderância das mulheres em sectores de actividade caracterizados por altas qualificações escolares, como é o caso das profissões intelectuais e científicas, envolvendo estas categorias, no entanto, menos efectivos que as anteriores. Para os homens, a concentração é maior, sendo na categoria “trabalhadores da indústria e dos transportes” que se encontraram mais efectivos (41%).

Ainda em relação às características gerais da população estudada, foi possível observar que apesar de se tratar de uma população relativamente jovem, com uma média de idades que não ultrapassa os 36 anos, os níveis de instrução são reduzidos, não tendo a maioria da população (62,5%) completado mais do que 6 anos de escolaridade.

A questão dos recursos disponíveis nas famílias, analisada em termos de rendimentos médios mensais do agregado familiar foi também explorada, permitindo-nos verificar que a resposta modal recai no escalão “até 149 contos/mês”. Não existindo mais de 26,9% de inquiridos que responderam residir num agregado com rendimentos entre “150 e 249 contos/mês”, resulta que 58,8% dos agregados gerem, mensalmente, orçamentos inferiores a 250 contos, o que, tendo em conta a dimensão das famílias, pode representar grandes dificuldades. De facto, procurando-se caracterizar os agregados familiares dos inquiridos, foi possível apurar que 26,2% dos agregados familiares dos inquiridos são constituídos por quatro pessoas, 30,3% por três pessoas, 16,3% por duas pessoas, 11,6% por cinco pessoas e 8,2% dos agregados são constituídos por 6

⁴ Analisando a condição perante o trabalho dos inquiridos foi possível observar que a grande maioria (74,6%), exerce uma profissão. Para além destes, as categorias que reúnem mais efectivos são a situação das domésticas (11,4%), desempregados (5,6%), estudantes (4,9%) e reformados (2,2%). Note-se porém que estas categorias não são representativas da população em geral, mas apenas da população entre os 20 e os 50 anos, o que implica uma interpretação mais atenta em relação a certos aspectos.

ou mais pessoas. Os restantes 7,4% dos agregados são constituídos por uma única pessoa.

Passamos de seguida à apresentação de alguns resultados específicos da problemática estudada.

2. Redes familiares, interajudas, equipamentos socioeducativos e de guarda de crianças e apoio aos idosos

2.1. Soluções socioeducativas e de guarda das crianças

Dentro da temática que pretendemos abordar, uma das linhas seguidas na pesquisa centrou-se na análise das soluções socioeducativas e de guarda das crianças.

Sabendo-se, a partir de estudos anteriores⁵, que Portugal ocupa uma posição peculiar no quadro dos países europeus no que diz respeito à relação entre trabalho e vida familiar (ou seja, temos altas taxas de actividade das mães com filhos pequenos, associadas a reduzidas taxas de cobertura dos equipamentos públicos destinados às vertentes socioeducativas e aos cuidados com as crianças), colocava-se a questão lógica sobre onde, e com quem ficam as crianças quando ambos os pais trabalham fora de casa.

Respondendo a esta e a outras questões, os resultados do inquérito realizado a nível nacional vêm, por um lado, confirmar certas ideias avançadas em estudos anteriores mas, por outro, levantam novas questões face à problemática em análise.

De facto, numa pesquisa realizada na região da Grande Lisboa, em 1997, sobre políticas sociais e soluções socioeducativas e de guarda das crianças⁶, concluiu-se que, ao contrário do que vinha a ser defendido em trabalhos anteriores, as redes familiares não substituem a mãe ou os equipamentos públicos.⁷ Ou seja, verificou-se que soluções familiares, como o recurso a avós, são apenas uma das soluções possíveis e não a solução mais frequente quando se trata da guarda das crianças. Pelo contrário, constatou-se que em Lisboa são os recursos exteriores à família como creches, amas, infantários, jardins de infância, entre outros, os mais utilizados, pelo menos quando as mães trabalham profissionalmente.

Os dados relativos à pesquisa nacional que agora se apresenta revelam que as grandes tendências se mantêm, ainda que sejam detectáveis diferenças significativas face aos dados da Grande Lisboa. Neste contexto, o dado que surge como mais relevante diz respeito ao elevado número de inquiridos que afirma ser a mãe a principal solução de guarda dos seus filhos enquanto, ao mesmo tempo, trabalha profissionalmente. Pela análise do Quadro 1, é possível observar que esta percentagem é particularmente elevada nos resultados relativos ao Continente, atingindo 30% no grupo etário dos 0 aos 2 anos e 26% no total das crianças dos 0 aos 10 anos. Perante este dado, duas realidades se afiguram possíveis: ou as crianças ficam sozinhas em casa ou acompanham as mães para os seus locais de trabalho. De uma forma ou de outra, estaremos sempre perante más soluções⁸.

⁵ Cf. Torres, Anália e Francisco Vieira da Silva (1998), "Guarda das Crianças e Divisão do Trabalho entre Homens e Mulheres", in *Sociologia Problemas e Práticas*, n. 28, pp.9-66., CIES, Oeiras, CELTA.

⁶ Idem.

⁷ Cf. Observatoire Europeen des Politiques Familiales (1996) e Willemsen et al., (1995).

⁸ De facto, aprofundando a análise, procurou saber-se que tipo de profissões tinham estas mães. Na generalidade tratavam-se de actividades não qualificadas apontando para uma inserção precária no mercado de trabalho (pessoal de limpeza de escritórios, hotéis e trabalhadores similares, vendedoras, cozinheiras, etc.). Acresce ainda o facto de não se tratarem de actividades em part-time, modalidade quase inexistente neste casos, o que só reforça a ideia da inadequação destas soluções.

Assim, quando falamos de soluções familiares de guarda de crianças, é preciso não esquecer que grande parte delas pode corresponder a *soluções de subsistência* (Torres e Silva, 1998: 48), i.e. a soluções de recurso utilizadas em contextos em que não existem alternativas reais. Parece ser este, de resto, o caso dos 30% de mães com filhos dos 0 aos 2 anos (ou dos 26%, se quisermos englobar, conjuntamente, as mães com crianças dos 0 aos 10 anos), que trabalham e, simultaneamente, afirmam cuidar dos filhos a tempo inteiro.

Quadro 1 – Principal solução socioeducativa e de guarda das crianças filhas de mães que trabalham profissionalmente – Continente 1999 e Grande Lisboa 1997 (em percentagem)

| Grupo etário da criança | 0 a 2 anos | | 3 a 5 anos | | 6 a 10 anos | | 0 a 10 anos | |
|-------------------------------------|-----------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|----------------|
| | Continente 1999 | G. Lisboa 1997 | Continente 1999 | G. Lisboa 1997 | Continente 1999 | G. Lisboa 1997 | Continente 1999 | G. Lisboa 1997 |
| Solução de guarda | | | | | | | | |
| Fica com a mãe | 30 | 18 | 24 | 6 | 24 | 19 | 26 | 17 |
| Fica com os avós | 28 | 16 | 26 | 15 | 24 | 19 | 26 | 19 |
| Fica em creche, infant. J. infância | 22 | 33 | 38 | 68 | 35 | 43 | 33 | 45 |
| Fica com uma ama | 9 | 29 | 4 | 8 | 3 | 1 | 4 | 14 |
| Fica sozinho | 1 | - | - | - | 3 | 8 | 2 | 1 |
| Outras sit. exteriores à família | - | 2 | - | - | - | 4 | - | 1 |
| Outras situações familiares | 11 | 2 | 8 | 3 | 10 | 6 | 10 | 5 |
| Total de crianças | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Da leitura do quadro apresentado, constata-se que a resposta modal, em ambas as pesquisas, se situa na solução “fica em creche, infantário, jardim de infância ou ATL”, com 45% de respostas. Se a estas somarmos os valores das amas, encontramos 59% de inquiridos na Grande Lisboa que afirmam recorrer a soluções de guarda exteriores à família, o que faz com que estas sejam as principais soluções de guarda dos seus filhos, contra apenas 24% de recurso a avós e outras soluções familiares. Quando analisamos os dados relativos ao Continente, 37% de famílias respondem da mesma forma, contrapondo-se este valor aos 36% das soluções familiares, valor que revela um grande equilíbrio, mesmo a nível nacional, entre os dois tipos de soluções.

Ou seja, no que se refere à Grande Lisboa não só não existe uma predominância das soluções de rede familiar como se passa precisamente o inverso: os equipamentos são, de longe, a solução mais adoptada, predominância que ganha ainda maior expressão quando lhe juntamos as amas. Por outro lado, e apesar de haver um corte geográfico evidente nos resultados, as soluções de tipo familiar não são, para o total do país, tão dominantes como se esperava, da mesma forma que não se previa a existência de um número tão significativo de situações precárias e inadequadas no que diz respeito às soluções de guarda das crianças.

Em relação a soluções de rede familiar, portanto, e considerando as crianças no seu conjunto (somando “a criança fica com avós” e “a criança fica com outros familiares”), verifica-se que existem diferenças significativas entre os resultados obtidos na Grande Lisboa e no Continente. Associada a especificidades que podem ser imputadas à região da Grande Lisboa⁹, verifica-

⁹ De facto, é nela que encontramos um maior número de famílias que viveu experiências de migração e que, portanto, poderão ter mais dificuldades objectivas para recorrer a redes familiares para certo tipo de apoios. É na região da Grande Lisboa, ainda, que encontramos outro tipo de especificidades como as maiores percentagens de famílias monoparentais - de acordo com os dados dos Censos de 1991, a percentagem de núcleos compostos por mães com filhos menores de 11 anos era de 8.4% na Grande Lisboa e 6.4% no Continente e a percentagem de núcleos compostos por pais com filhos era de 1.2% na região da Grande

se, de facto, que é aqui que as soluções deste tipo têm uma menor representação, assumindo um peso de 24% contra os 36% encontrados em relação ao Continente.

Saber que possibilidades teriam os grupos domésticos de mobilizar redes familiares, amigos e vizinhos em momentos especiais foi outra questão explorada nas duas pesquisas referidas. Em síntese, os resultados indicam, em relação às redes de interajuda familiar, que elas estão menos presentes do que seria de esperar, como veremos, de forma mais desenvolvidas, adiante.¹⁰ Indicam ainda que, a parte mais significativa das famílias que mais poderiam precisar desses apoios (aquelas que têm menores rendimentos), são as que com eles menos podem contar (Torres e Silva, 1998).¹¹

Estes dados vêm reforçar e reafirmar aquilo que já tinha sido avançado em trabalhos anteriores acerca escassez de equipamentos socioeducativos que respondam satisfatoriamente às necessidades das famílias. Os resultados obtidos nas pesquisas referidas apontam exactamente nesse sentido, além do que as posições assumidas pelos inquiridos são largamente favoráveis à criação desses serviços e equipamentos exteriores à família.¹²

Para além de insuficientes, o desequilíbrio, ao nível da distribuição, deste tipo de serviços é, em Portugal, significativo; ou seja, existe uma certa incoerência entre as zonas do país onde há mais necessidade e as zonas com maiores taxas de cobertura de equipamentos públicos ou apoiados pelo Estado. Há uma distribuição, por vezes, desadequada ao nível local e regional, resultando esta num desajustamento entre a oferta e a procura deste tipo de serviços (Torres e Silva, 1998).

Este contexto que temos vindo a descrever é particularmente delicado porque, por um lado, a inserção das mulheres no mercado de trabalho é, hoje, uma solução generalizada em Portugal¹³, o que significa que os dados que aqui apresentamos não se referem apenas a um universo específico da população portuguesa; e, porque, por outro lado, os desequilíbrios ao nível dos equipamentos se inserem num quadro nacional que corresponde à mais alta taxa de actividade feminina da Europa, como se pode verificar no Quadro 2.

Lisboa e 0.7% no Continente. Em contrapartida na Região de Lisboa e Vale do Tejo há menor percentagem de famílias complexas e a dimensão média das famílias é mais reduzida. Além disso, e como veremos adiante, as taxas de actividade feminina de mães com filhos pequenos são das mais altas do País e as taxas de fecundidade das mais baixas (Almeida, A. N., et. al, 1998) .

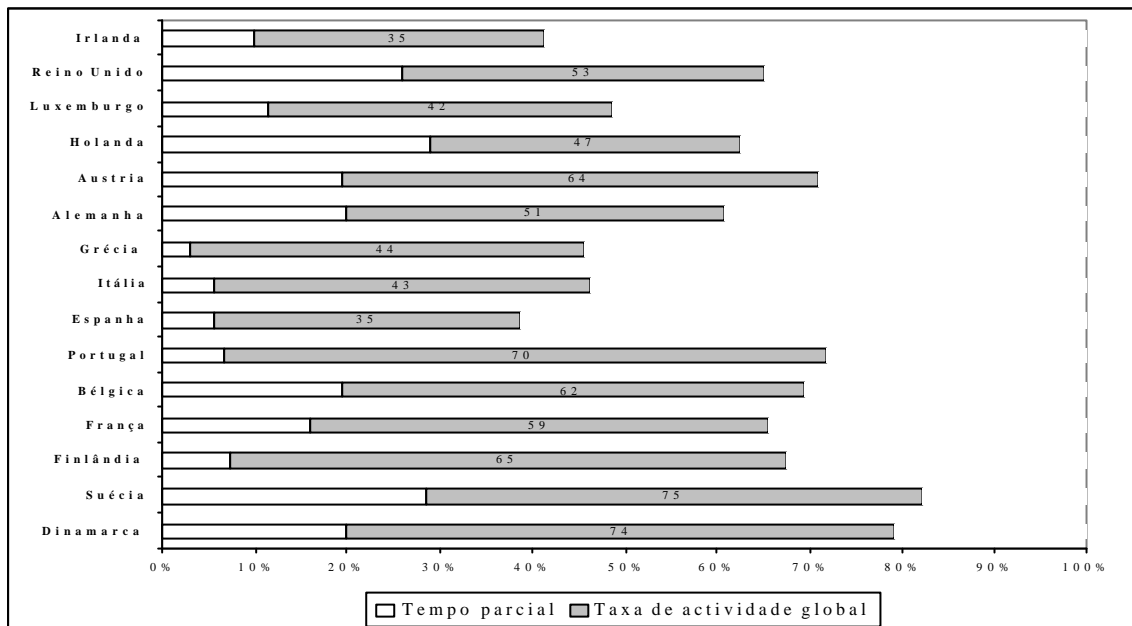
¹⁰ A partir dos resultados obtidos nas duas pesquisas e tomando como exemplo o “recurso à mãe” em situações imprevistas relacionadas com cuidados e guarda das crianças, 50% dos inquiridos da Grande Lisboa, com filhos menores de 10 anos, responderam nunca poder contar com a sua ajuda e 45.5% dos inquiridos a nível do Continente deram a mesma resposta.

¹¹ Para esta conclusão foram tidos em conta os níveis de rendimento dos agregados familiares. Tomando, mais uma vez, como exemplo o recurso à mãe, verificou-se, de facto, que nos grupos de menores rendimentos é mais significativo o número dos que dizem “nunca” recorrer ou só recorrer “algumas vezes” à mãe numa situação de necessidade, do que os que dizem recorrer “sempre” ou “muitas vezes”.

¹² Quando questionados sobre as soluções socioeducativas e de guarda consideradas ideais, as posições detectadas foram relativamente claras e consensuais, ainda que distintas quando se referem a crianças até aos 2 anos ou a crianças com 3 e mais anos. Assim, a grande maioria considera, como solução educativa e de guarda ideal até aos 2 anos, que as crianças fiquem com a mãe, com o pai ou com ambos (G. Lisboa/97 – 86%; Continente/99 – 87.6%). A partir dos 3 são os equipamentos socioeducativos como creches, infantários e jardins de infância (G. Lisboa/97 – 70%; Continente/99 – 41.8%), que constituem as respostas modais.

¹³ Cf. Almeida et al, (1990); André (1993); Ferreira (1993) e Viegas et al (1998).

Quadro 2 – Taxa de actividade global e a tempo parcial de mães com filhos até aos 10 anos - 1993/14



3. Redes de interajuda

Para além da análise das soluções socioeducativas e de guarda das crianças praticadas estruturalmente pelas famílias, procurou-se saber que possibilidades teriam os grupos domésticos de mobilizar redes de interajuda em momentos especiais.

Assim, perguntando aos inquiridos com filhos menores de 10 anos se, em situações não habituais ou imprevistas, já tinham tido necessidade de recorrer a alguém para tomar conta dos seus filhos (por exemplo para levar ou buscar à escola, jardim de infância, creche, etc., dar as refeições ou levar ao médico), verificou-se que 58% dos inquiridos respondeu afirmativamente. Não deixa de ser curioso, no entanto, que haja mais mulheres (61%) a afirmar já ter tido necessidade de recorrer a alguém (vs. 53% nos homens); estas diferenças devem-se provavelmente ao facto de serem as mulheres a encarregar-se da gestão da vida quotidiana da família e dos próprios cuidados com as crianças.

Quadro 3 – Já teve necessidade de recorrer a alguém para tomar conta de filhos em situações imprevistas? por Sexo. Base: têm filhos (n=990).

| | Homens | Mulheres | Total |
|-----|--------|----------|-------|
| Sim | 53.4 | 60.6 | 57.9 |
| Não | 46.6 | 39.4 | 42.1 |

Por outro lado, é entre aqueles que possuem mais instrução que mais se afirma ter recorrido a alguém para este efeito. Assim, quando os inquiridos possuem escolaridade até ao 6º ano a média de respostas positivas é muito inferior àqueles que possuem níveis mais elevados de escolaridade.

Este facto talvez possa ser explicado por uma combinação de diversos factores. Por um lado, poderá existir junto dos sectores mais escolarizados uma

¹⁴ Fonte: European Commission Network on Childcare and Other Measures to Reconcile Employment and Family Responsibilities (1996) *A Review of Services for Young Children in the European Union 1990-1995*.

maior margem de manobra para contornar situações imprevistas (maior capacidade de mobilização de redes de interajuda, possibilidade de recurso a soluções pagas, etc.), por outro, poderá, existir, junto destes sectores, uma maior relutância em deixar os filhos sozinhos, pelo que, em caso de necessidade, isso nunca ou raramente, acontece.

Quadro 4 – Já teve necessidade de recorrer a alguém para tomar conta de filhos em situações imprevistas? por Nível de Instrução. Base: têm filhos (n=990).

| | Até 6 ^o | 6 ^a - 12 ^o | Médio Superior | Total |
|-----|--------------------|----------------------------------|----------------|-------|
| Sim | 56.2 | 61.8 | 65.9 | 57.9 |
| Não | 43.8 | 38.2 | 34.1 | 42.1 |

Igualmente, podemos observar que o rendimento influi fortemente na capacidade de recurso a alguém para tomar conta de filhos. À medida que nos aproximamos dos escalões com rendimento mais elevado, as respostas positivas à pergunta aumentam significativamente.

Quadro 5 – Já teve necessidade de recorrer a alguém para tomar conta de filhos em situações imprevistas? por rendimento mensal do agregado

| | Até 149 | 150 a 249 | 250 a 349 | 350 a 549 | Mais de 550 | Total |
|-------|---------|-----------|-----------|-----------|-------------|-------|
| Sim | 81.1 | 89.7 | 91.9 | 92.6 | 93.8 | 86.7 |
| Não | 18.9 | 10.3 | 8.1 | 7.4 | 6.3 | 13.3 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Mas a quem é que as pessoas que afirmam ter tido necessidade de recorrer a alguém recorrem de facto? Quem constitui, efectivamente, as redes de que as pessoas se socorrem em situações não habituais?

Quadro 6 – Frequência com que inquiridos recorreram a cada uma das pessoas indicadas, por sexo. Base: têm filhos e já tiveram de recorrer a alguém para tomar conta deles; n = 573.

| | Sempre | | | Muitas vezes | | | Algumas vezes | | | Nunca | | |
|------------|--------|-----|-------|--------------|------|-------|---------------|------|-------|-------|------|-------|
| | H | M | Total | H | M | Total | H | M | Total | H | M | Total |
| Cônjuge | 14.1 | 4.3 | 7.7 | 32.2 | 14.4 | 20.6 | 10.6 | 28.6 | 22.3 | 43.2 | 52.7 | 49.4 |
| Pai | 3.5 | 1.9 | 2.4 | 5.0 | 8.6 | 7.3 | 16.1 | 13.9 | 14.7 | 75.4 | 75.7 | 75.6 |
| Mãe | 4.5 | 9.4 | 7.7 | 12.1 | 21.9 | 18.5 | 31.7 | 26.5 | 28.3 | 51.8 | 42.2 | 45.5 |
| Irmã | 2.0 | 1.6 | 1.7 | 3.5 | 4.0 | 3.8 | 12.1 | 11.8 | 11.9 | 82.4 | 82.6 | 82.5 |
| Irmão | 1.5 | 0.3 | 0.7 | 1.5 | 1.1 | 1.2 | 6.5 | 3.7 | 4.7 | 90.5 | 94.9 | 93.4 |
| Filha | 0.5 | 0.3 | 0.3 | 2.0 | 1.9 | 1.9 | 2.0 | 3.2 | 2.8 | 95.5 | 94.7 | 94.9 |
| Filho | 1.0 | 0.0 | 0.3 | 1.5 | 0.3 | 0.7 | 4.0 | 2.9 | 3.3 | 93.5 | 96.8 | 95.6 |
| Sogros | 6.5 | 3.7 | 4.7 | 12.1 | 7.5 | 9.1 | 26.1 | 18.7 | 21.3 | 55.3 | 70.1 | 64.9 |
| Amiga | 1.0 | 1.1 | 1.0 | 2.0 | 2.7 | 2.4 | 8.5 | 11.8 | 10.6 | 84.4 | 84.5 | 85.9 |
| Amigo | 1.0 | 0.0 | 0.3 | 1.5 | 1.1 | 1.2 | 5.5 | 2.7 | 3.7 | 92.0 | 96.3 | 94.8 |
| Vizinha | 1.5 | 1.1 | 1.2 | 4.5 | 5.3 | 5.1 | 19.6 | 16.8 | 17.8 | 74.4 | 76.7 | 75.9 |
| Vizinho | 0.5 | 0.3 | 0.3 | 1.5 | 1.3 | 1.4 | 8.5 | 4.0 | 5.6 | 89.4 | 94.4 | 92.7 |
| Empregados | 0.5 | 1.1 | 0.9 | 0.0 | 1.6 | 1.0 | 3.0 | 3.2 | 3.1 | 96.5 | 94.1 | 94.9 |

Através da leitura do quadro verifica-se que as pessoas a quem os inquiridos recorrem mais para tomar conta dos filhos são, em termos médios globais, o cônjuge e a mãe. Interessante é verificar como as diferenças por sexo são decisivas na desmontagem deste número global. Se somarmos as categorias “sempre” com “muitas vezes”, indicadores de maior frequência, verificamos que enquanto 46.3% dos homens recorrem ao seu cônjuge, apenas 18.7% das mulheres afirmam estar na mesma situação. Ou seja, na prática o que isto significa é que os homens recorrem às mulheres para tomar conta de crianças e o contrário não se verifica.

Diferenças igualmente baseadas no sexo dos inquiridos são observáveis quando analisamos o recurso à figura da mãe. Neste caso, as mulheres afirmam recorrer à mãe mais que os homens; somando novamente as duas alíneas acima

citadas, constatamos que 31.3% das mulheres refere esta solução, enquanto apenas 16.6% dos homens o fazem.

Esta diferença na estrutura do processo de mobilização de redes de interajuda é de tal forma pronunciada que, no caso das mulheres, há uma inversão da predominância do cônjuge como solução mais frequente em situações não previstas em relação aos cuidados com crianças. Com efeito, enquanto que o recurso ao cônjuge é a resposta maioritária dos homens, no caso das mulheres a mãe é de longe a pessoa mais apontada. A distribuição de respostas, quando analisada por género, em relação à hipótese “nunca”, confirma amplamente estes dados (Quadro 6).

Um dado que vem reforçar este quadro assimétrico em relação à guarda de crianças é o do recurso aos sogros. Assim, os homens afirmam mais recorrer aos sogros que as mulheres: os pais da “mãe” da(s) criança(s) são assim, duplamente sobrecarregados, uma vez que parecem ser solicitados tanto pelos homens como pelas mulheres.

Ou seja, de forma muito genérica, podemos afirmar que as diferenças nas respostas a este tipo de questões se baseiam numa dupla condicionante de género: por um lado, o sexo dos inquiridos está claramente associado a diferenças consideráveis nas respostas; por outro lado, o sexo das pessoas a quem se afirma recorrer é, também, factor importante no condicionamento do seu papel nas redes de ajuda em situações imprevistas.

A linha condutora das redes no que toca aos cuidados com crianças é uma linha que se baseia claramente no feminino. Exemplo paradigmático disto é a diferença que existe entre o recurso ao pai e à mãe: esta é muito mais alvo de solicitações que o primeiro, cujos níveis de resposta (ver quadro) são não só baixos como valor absoluto como acima de tudo baixos quando comparados com aqueles que se referem às mães; aliás, e ainda a este respeito, é curioso verificar que as mulheres recorrem muito pouco ao pai, como que confirmando o que acabámos de dizer.

Quadro 7 – Frequência com que inquiridos recorreram a cada uma das pessoas indicadas, por sexo. Base: têm filhos e já tiveram de recorrer a alguém para tomar conta deles; n = 573.

| | Sempre | | | Muitas vezes | | | Algumas vezes | | | Nunca | | |
|-------------|--------|-----|-------|--------------|------|-------|---------------|------|-------|-------|------|-------|
| | H | M | Total | H | M | Total | H | M | Total | H | M | Total |
| Conj | 14.1 | 4.3 | 7.7 | 32.2 | 14.4 | 20.6 | 10.6 | 28.6 | 22.3 | 43.2 | 52.7 | 49.4 |
| Pai | 3.5 | 1.9 | 2.4 | 5.0 | 8.6 | 7.3 | 16.1 | 13.9 | 14.7 | 75.4 | 75.7 | 75.6 |
| Mãe | 4.5 | 9.4 | 7.7 | 12.1 | 21.9 | 18.5 | 31.7 | 26.5 | 28.3 | 51.8 | 42.2 | 45.5 |
| Irmã | 2.0 | 1.6 | 1.7 | 3.5 | 4.0 | 3.8 | 12.1 | 11.8 | 11.9 | 82.4 | 82.6 | 82.5 |
| Irmão | 1.5 | 0.3 | 0.7 | 1.5 | 1.1 | 1.2 | 6.5 | 3.7 | 4.7 | 90.5 | 94.9 | 93.4 |
| Filha | 0.5 | 0.3 | 0.3 | 2.0 | 1.9 | 1.9 | 2.0 | 3.2 | 2.8 | 95.5 | 94.7 | 94.9 |
| Filho | 1.0 | 0.0 | 0.3 | 1.5 | 0.3 | 0.7 | 4.0 | 2.9 | 3.3 | 93.5 | 96.8 | 95.6 |
| Sogros | 6.5 | 3.7 | 4.7 | 12.1 | 7.5 | 9.1 | 26.1 | 18.7 | 21.3 | 55.3 | 70.1 | 64.9 |
| Amiga | 1.0 | 1.1 | 1.0 | 2.0 | 2.7 | 2.4 | 8.5 | 11.8 | 10.6 | 84.4 | 84.5 | 85.9 |
| Amigo | 1.0 | 0.0 | 0.3 | 1.5 | 1.1 | 1.2 | 5.5 | 2.7 | 3.7 | 92.0 | 96.3 | 94.8 |
| Vizinha | 1.5 | 1.1 | 1.2 | 4.5 | 5.3 | 5.1 | 19.6 | 16.8 | 17.8 | 74.4 | 76.7 | 75.9 |
| Vizinho | 0.5 | 0.3 | 0.3 | 1.5 | 1.3 | 1.4 | 8.5 | 4.0 | 5.6 | 89.4 | 94.4 | 92.7 |
| Empre Gados | 0.5 | 1.1 | 0.9 | 0.0 | 1.6 | 1.0 | 3.0 | 3.2 | 3.1 | 96.5 | 94.1 | 94.9 |

Para além das redes de interajuda mobilizadas em torno dos cuidados a prestar às crianças, procurou-se ainda saber se, face a outro tipo de problemas (financeiros, emocionais, de saúde ou de ordem prática), os inquiridos teriam alguém a quem recorrer. Os resultados indicam que a grande maioria da população (86%), afirma poder contar com alguém nas situações previstas, sendo tal percentagem indiferente a variações entre homens e mulheres. Interessante são, no entanto, as variações que podemos observar quando analisamos estas questões por idade, rendimento e instrução: são os mais jovens, os mais

instruídos e os que possuem mais rendimentos quem mais afirma poder contar com alguém em situações deste tipo.

Assim, 90% dos inquirido mais jovens (20 a 30 anos) afirmam poder recorrer a alguém, contra apenas 80% daqueles que se encontram entre os 41 e os 50 anos. Variação de amplitude semelhante encontramos entre as respostas dos menos instruídos e os mais instruídos: 82% nos escalões menos instruídos, subindo este valor até aos 93% nos grupos com maior nível de escolaridade. Por fim, encontramos no rendimento variações também apreciáveis, no mesmo sentido: a percentagens de pessoas que afirmam ter alguém a quem recorrer no caso de um problema inesperado oscila entre os 81.2% nos escalões de rendimento mais baixos e os 93.8% naqueles que possuem maiores possibilidades financeiras.

Quadro 8 - Poderia pedir ajuda a alguém em caso de problema inesperado? por sexo, idade, instrução, rendimento. N=1700

| | Sexo | | Idade | | | Instrução | | | Rendimento do Agregado | | | | | Total | |
|-----|------|------|-------|-------|-------|-----------|--------|---------|------------------------|---------|---------|---------|------|-------|------|
| | M | F | 20/30 | 31/40 | 41/50 | Até 6º | 6º/12º | Méd Sup | Até 149 | 150/249 | 250/349 | 350/550 | + | NS/NR | |
| Sim | 84.8 | 86.9 | 90.1 | 85.9 | 80.8 | 81.8 | 92.8 | 92.7 | 81.2 | 89.7 | 91.8 | 92.6 | 93.8 | 83.8 | 85.9 |
| Não | 15.2 | 13.1 | 9.9 | 14.1 | 19.2 | 18.2 | 7.2 | 7.3 | 18.8 | 10.3 | 8.2 | 7.4 | 6.3 | 16.2 | 14.1 |

O que estes dados mostram, e especialmente quando temos em conta as questões de rendimento e instrução, é que, se considerarmos as redes como um recurso, de certo modo como um capital a que as pessoas podem recorrer e utilizar em seu benefício, quem mais tem redes à disposição é quem, à partida (à luz das posses de outros tipos de capital), menos necessitaria.

Quadro 9 - Poderia pedir ajuda a alguém em caso de problema inesperado? por sexo, idade, instrução, rendimento. N=1700

| | Problema financeiro | | | Problema de saúde | | | Problema emocional | | | Problema prático | | |
|---------|---------------------|------|-------|-------------------|------|-------|--------------------|------|-------|------------------|------|-------|
| | H | M | Total | H | M | Total | H | M | Total | H | M | Total |
| Cônjuge | 10.4 | 27.6 | 19.7 | 37.7 | 33.5 | 35.5 | 37.3 | 31.5 | 34.2 | 23.0 | 42.5 | 33.5 |
| Filha | 0.7 | 1.9 | 1.4 | 1.3 | 4.7 | 3.1 | 0.9 | 5.7 | 3.5 | 0.7 | 3.3 | 2.1 |
| Filho | 0.7 | 2.2 | 1.5 | 0.7 | 3.0 | 2.1 | 1.3 | 3.0 | 2.3 | 1.6 | 3.4 | 2.6 |
| Mãe | 16.6 | 21.4 | 19.1 | 27.7 | 30.6 | 29.3 | 15.9 | 21.9 | 19.2 | 7.6 | 11.9 | 9.9 |
| Pai | 34.6 | 21.5 | 27.5 | 11.2 | 6.8 | 8.8 | 4.0 | 3.4 | 3.7 | 15.2 | 8.9 | 11.8 |
| Irmão | 9.7 | 4.4 | 6.8 | 5.1 | 3.4 | 4.6 | 6.4 | 3.0 | 4.6 | 7.9 | 3.7 | 5.6 |
| Irmã | 3.3 | 3.4 | 3.4 | 3.0 | 3.8 | 3.4 | 5.2 | 7.5 | 6.4 | 2.8 | 3.8 | 3.4 |
| Amiga | 0.6 | 3.5 | 2.2 | 0.4 | 2.9 | 1.8 | 4.6 | 12.2 | 8.7 | 2.4 | 7.1 | 4.9 |
| Amigo | 7.6 | 2.2 | 4.7 | 3.3 | 1.1 | 2.1 | 14.3 | 3.0 | 8.2 | 17.3 | 3.5 | 9.9 |
| Vizinha | 0.1 | 0.6 | 0.4 | 0.3 | 0.1 | 0.2 | 0.1 | 0.4 | 0.3 | 0.4 | 1.5 | 1.0 |
| Outros | 10.0 | 6.7 | 9.3 | 7.0 | 5.7 | 6.3 | 2.4 | 2.8 | 2.6 | 9.2 | 4.9 | 6.9 |
| Ns/nr | 5.8 | 4.6 | 5.1 | 2.2 | 3.9 | 3.1 | 7.5 | 5.6 | 6.4 | 11.8 | 5.4 | 8.4 |

Analisando agora o tipo de problemas separadamente verifica-se que a resposta mais escolhida dos inquiridos relativamente a quem acham que os poderia ajudar no caso de terem um problema financeiro é o “pai” (27.5%). Fazendo a análise por sexo constata-se que os homens afirmam recorrer mais aos pais do que as mulheres (34.6%; 21.5%) e que estas recorrem mais ao cônjuge do que eles (10,4%; 27.6%).

Já quando inquiridos acerca de quem pensam ser a pessoa a quem podiam recorrer no caso de um problema de saúde a resposta mais escolhida é o cônjuge (35.5%). Não deixa de ser curioso verificar que neste caso as diferenças por sexo se invertem; 37.7% dos homens afirma essa possibilidade enquanto apenas 33.5% das mulheres refere essa solução.

Relativamente ao problema emocional a média situa-se mais uma vez na alínea “cônjuge” (34.2%). Mais uma vez se verifica que são os homens quem mais refere essa possibilidade (37.3%; 31.5%), enquanto as mulheres optam também pelo cônjuge mas com percentagens mais baixas. Interessante é a preponderância de uma linha de género neste tipo de problemas.

Quanto aos problemas práticos o cônjuge também é o eleito (33.5%) como resposta modal. Contudo, e ao contrário do que sucedia nos outros tipos de problemas, as mulheres recorrem mais ao seu cônjuge do que os homens, numa inversão clara das lógicas de resposta das outras alíneas.

Assim, e à excepção do problema prático, em que as mulheres afirmam recorrer mais à primeira pessoa referida do que os homens, verifica-se que os homens recorrem, globalmente, mais do que as mulheres ao cônjuge. Isto é, os homens recorrem mais às mulheres que estas aos homens.

Quadro 10 – Pessoas mais referidas nos diversos tipos de problemas

| | 1ª pessoa referida | mais 2ª pessoa referida | mais 3ª pessoa referida |
|---------------------|--------------------|-------------------------|-------------------------|
| Problema Financeiro | Pai 27.5% | Cônjuge 19.7% | Mãe 19.1% |
| Problema de Saúde | Cônjuge 35.5% | Mãe 29.3% | Pai 8.8% |
| Problema Emocional | Cônjuge 34.2% | Mãe 19.2% | Amiga 8.7% |
| Problema Prático | Cônjuge 33.5% | Pai 11.8% | Mãe 9.9% |

Se tivermos em conta as três pessoas mais referidas a quem os inquiridos recorreriam no caso de qualquer um destes problemas verificamos que as respostas se distribuem entre o cônjuge, a mãe, o pai e a amiga. Isto é, as redes, quando existem, são de tipo familiar; não existe, pelo menos em boa parte dos tipos de problemas uma preponderância significativa de redes fora da família – exceptuando no caso dos problemas emocionais em que se referem, com alguma relevância os amigos; verifica-se, além disso, uma clara linha de género: os homens recorrem mais aos pais, aos irmãos, aos amigos e aos filhos e as mulheres às mães, às irmãs, às amigas e às filhas.

Em síntese, e em relação à capacidade de mobilizar redes de interajuda, o que os dados da pesquisa revelam, especialmente quando temos em conta as questões de rendimento e instrução, é que, se consideramos as redes como um recurso ou, de certo modo, como um capital a que as pessoas podem recorrer e utilizar em seu benefício, quem tem mais redes à sua disposição é quem, à partida (e à luz das posses de outros tipos de capital), menos poderia necessitar delas.

4. Cuidados com Idosos

A questão das interajudas existentes em termos de rede familiar foi também explorada numa outra dimensão que se prende com a questão dos cuidados prestados a idosos com necessidades de acompanhamento.

Interessava saber, em primeiro lugar com quem pensam os inquiridos contar caso venham a precisar de ajuda ou assistência no dia-a-dia na sua velhice. Ou seja, com que possibilidades de interajuda julgam poder contar no futuro.

Assim, e em resposta a esta questão, as respostas dos inquiridos destacam o cônjuge (29.9%) como opção prioritária; depois, os filhos, cuja soma atinge os 29.7%. É interessante verificar, no entanto, como as questões de género se jogam também aqui de forma clara: nos homens há um quase equilíbrio

entre filhos e filhas, nas mulheres há uma predominância forte das filhas. A terceira opção mais referida, apresentada aos inquiridos como “nunca pensei nisso”, fica abaixo dos 20% (18.8%). Em relação a este último dado, constata-se que o seu peso mais significativo se centra nos escalões mais jovens; à medida que nos aproximamos de escalões etários superiores, ela vai-se tornando mais residual (29.2% nos mais jovens – primeira opção no escalão entre 20 e 30 anos -, descendo até aos 9.5% no grupo entre 41 e 50 anos).

Quadro 11 Com quem pensam os inquiridos poder contar caso venham a precisar de assistência na sua velhice?, segundo o sexo (em percentagem).

| | Masculino | Feminino | Total |
|---------------------|-----------|----------|-------|
| Cônjuge | 33.1 | 27.1 | 29.9 |
| Filha | 8.2 | 19.5 | 14.2 |
| Filho | 14.2 | 16.7 | 15.5 |
| Irmão | 2.3 | 1.3 | 1.8 |
| Irmã | 1.9 | 1.9 | 1.9 |
| Amiga | 0.4 | 0.8 | 0.6 |
| Amigo | 0.8 | 0.1 | 0.4 |
| Vizinha | 0.1 | 0.2 | 0.2 |
| Vizinho | 0.3 | | 0.1 |
| Parente (feminino) | 1.3 | 1.5 | 1.4 |
| Parente (masculino) | 0.5 | 0.3 | 0.4 |
| Trabalho Pago | 2.8 | 4.4 | 3.6 |
| Lar de 3ª idade | 3.5 | 3.7 | 3.6 |
| Outras respostas | 0.5 | 0.3 | 0.4 |
| Nunca pensou nisso | 23.0 | 15.2 | 18.8 |
| Ns/Nr | 7.2 | 6.9 | 7.1 |
| Total | 100.0 | 100.0 | 100.0 |

No que diz respeito à análise global dos dados, verificamos que a questão do género é mais uma vez preponderante. Aliás, é não apenas preponderante como o é no mesmo sentido de análises que temos vindo a efectuar, confirmando assim as leituras acima esboçadas. Uma vez mais, quem mais aposta no cônjuge são os homens; as mulheres parecem ter maiores expectativas em relação ao papel futuro dos filhos. Nas mulheres, é esta a opção maioritária: se somarmos os filhos, atinge os 36.2%, contra 27% do cônjuge, enquanto nos homens a opção “cônjuge” era maioritária com 33.1% contra 22.6% de opções em torno dos filhos.

Curioso a este respeito são também as expectativas relativamente diferenciadas face a soluções exteriores à família: em qualquer delas, as mulheres parecem ter mais expectativas relativamente a maior dependência em relação a soluções que não passem por familiares, nomeadamente pelo cônjuge. Assim, se em relação aos lares as respostas são ainda relativamente equilibradas (3.5% nos homens, 3.7 nas mulheres), já no que diz respeito ao recurso a trabalho pago (empregadas a tempo inteiro, enfermeiras particulares, etc) a diferença é bem mais significativa: 2.8% nos homens, 4.4% nas mulheres).

Uma outra questão que divide claramente mulheres e homens é a resposta “nunca pensou nisso”, a que acima já havíamos feito referência. Assim, 23.0% dos homens afirmam nunca ter pensado no assunto, contra apenas 15.2% das mulheres na mesma situação. Este dado não deixa de levantar algumas questões: porque é que as mulheres se preocupam mais que os homens na antevisão do futuro, da velhice e das hipotéticas dificuldades levantadas num horizonte temporal vasto? Uma resposta possível é o facto de sobre elas recair o essencial das preocupações, dos cuidados e do trabalho relativos à vida familiar.

Além do género, que outros factores influem nestas questões?

A idade parece ser um factor relevante nesta questão. De facto, à medida em que avança, são mais os inquiridos que afirmam poder vir a recorrer aos lares

de terceira idade e ao trabalho pago como solução para a velhice. Este facto pode ser indicador de uma relativa erosão da confiança na capacidade das redes familiares para assegurar as solidariedades na fase final da vida. Se cruzarmos este dado com as diferenças de género acima enunciadas, temos um quadro mais completo desta questão, que é assim particularmente notória entre as mulheres (eventualmente, também pelos motivos acima avançados).

Mas, para além da antevisão de uma situação futura, coloca-se a questão de saber quais são, efectivamente, as práticas em matéria de cuidados prestados a idosos. A este respeito, encontramos alguns dados que importa analisar.

Interessava, em primeiro lugar, saber quem se ocupa dos familiares idosos com necessidade de acompanhamento e que tipo de interajudas existem em termos de rede familiar.

Quadro 13 – Familiares idosos que necessitem de cuidados especiais por idade do entrevistado (agregado)

| | Idade do entrevistado (agregado) | | | Total |
|-------|----------------------------------|-------|-------|-------|
| | 20-30 | 31-40 | 41-50 | |
| Sim | 11.3 | 11.9 | 15.9 | 12.9 |
| Não | 88.7 | 88.1 | 84.1 | 87.1 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 |

O primeiro dado que importa reter, por ser globalmente significativo, é o facto de só 13% da população inquirida afirmar ter familiares idosos que necessitem de cuidados especiais¹⁵. As variações por idade são, no entanto, importantes: à medida que o escalão etário se torna mais elevado, a percentagem sobe consideravelmente, o que pode ser explicada pelo momento do ciclo de vida associado à fase da vida em questão.

Verifica-se ainda que nos grupos mais escolarizados existem, proporcionalmente, menos inquiridos a afirmar a existência de idosos com necessidades de cuidados especiais. Este dado, embora a diferença seja ligeira, parece poder confirmar tendências conhecidas no sentido de desigualdades perante as questões da doença e no acesso aos cuidados de saúde.

Quadro 14 – Familiares idosos que necessitem de cuidados especiais por escolaridade do entrevistado (agregado)

| | Nível de escolaridade (agregado) | | | Total |
|-------|----------------------------------|------------|----------------|-------|
| | Básico | Secundário | Médio/Superior | |
| Sim | 12.6 | 14.9 | 10.4 | 12.9 |
| Não | 87.4 | 85.1 | 89.6 | 87.1 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 |

No subconjunto de inquiridos que afirmam ter familiares idosos que necessitem de cuidados, encontramos características específicas que importa ainda mencionar.

Quadro 2.15 - Onde vivem os idosos por rendimento (Base: tem familiares idosos que precisam de cuidados; n=219)

| | Rendimento mensal do agregado (em grupos de rendimento) | | | | | Total |
|------------------------------------|---|------------|------------|------------|----------|-------|
| | Até 149 c. | 150-249 c. | 250-349 c. | 350-549 c. | + 550 c. | |
| Em minha casa ou de outro familiar | 49.0 | 57.9 | 44.4 | 62.5 | 33.3 | 52.6 |
| Em casa do idoso | 47.1 | 42.1 | 50.0 | 25.0 | 66.7 | 44.8 |

¹⁵ Consideraram-se cuidados especiais aqueles que pudessem estar relacionados com perdas ou limitações de autonomia, implicando situações de dependência. Por exemplo, cuidados de saúde, cuidados de higiene, alimentação e preparação das refeições, deslocações, etc.

| | | | | | | |
|-------------------------|-----|-----|-----|------|-----|-----|
| Num lar/casa de repouso | 2.9 | - | 5.6 | 12.5 | - | 2.6 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Uma análise do quadro acima sugere que os lares têm, ao nível do Continente, um baixo peso, quase residual (2,6%), no quadro das soluções para idosos que necessitem de cuidados especiais. Este peso parece, porém, ser mais significativo nos sectores com maiores rendimentos.

Quadro 2.16 - Onde vive o idoso com necessidade de cuidados especiais?

| | % |
|---|-------|
| Em casa do inquirido/a ou de um familiar do/a inquirido/a | 52,6 |
| Em casa do próprio idoso | 44,8 |
| Num lar/casa de repouso | 2,6 |
| Total | 100,0 |

A solução dominante para idosos com necessidade de acompanhamento é ficar em casa de familiares (encontramos 52,6% desses idosos em casa dos inquiridos ou em casa de familiares dos inquiridos), seguindo-se, também com peso muito significativo (44,8%), a situação e que o idoso permanece na sua própria residência.

Quadro 16 – Onde vive esse idoso por escolaridade (agregado) (Base: existe idoso que necessita de cuidados especiais; n=219)

| | Nível de escolaridade (agregado) | | | |
|---|----------------------------------|------------|----------------|-------|
| | Básico | Secundário | Médio/Superior | Total |
| Em casa do inquirido ou de outro familiar | 46.7 | 65.0 | 40.0 | 49.8 |
| Em casa do idoso | 47.9 | 30.0 | 60.0 | 45.2 |
| Lar/casa de repouso | 5.3 | 5.0 | - | 5.0 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 |

Quando cruzamos estes dados por escolaridade, percebemos que a percentagem de idosos a viver em casa própria sobe nos grupos mais escolarizados. Este dado pode ter várias explicações. Tendo-se observado, noutras questões relacionadas com as interajudas familiares, que é nos sectores mais escolarizados que essas interajudas mais se parecem materializar, podemos especular se não estaremos, também aqui, perante redes familiares mais eficazes ou funcionais que permitem prestar ao idoso um acompanhamento sem o retirar da sua própria residência. Uma outra explicação poderá estar relacionada com o nível de rendimentos das famílias: havendo, em regra, uma clara relação entre nível de escolaridade e rendimento, pode acontecer que as famílias mais escolarizadas e com maiores níveis de rendimento possam mais facilmente, em situações concretas, recorrer, por exemplo, a serviços de apoio domiciliário pagos.

Saber quem presta os cuidados aos familiares idosos dependentes, foi, aliás, outra questão explorada na pesquisa. Os resultados revelam que o recurso a soluções pagas é pouco significativo sendo, na grande maioria das situações, os familiares quem se ocupa dos idosos. A questão do género assume aqui, mais uma vez, um papel fulcral na explicação dos contornos das respostas dos inquiridos, na medida em que são as mulheres que, quase exclusivamente, acompanham e se ocupam dos idosos, quer estes se encontrem em suas casas, nas casas dos próprios idosos e mesmo em lares ou casas de repouso.

Quadro 17 – Quem acompanha principalmente o idoso, por sexo (n=219).

| | Sexo | | Total |
|-----------------------|-----------|----------|-------|
| | Masculino | Feminino | |
| Eu | 9.9 | 52.2 | 36.5 |
| Cônjuge do idoso | 18.5 | 5.8 | 10.5 |
| Outro familiar | 64.2 | 34.1 | 45.2 |
| Outra pessoa não paga | 3.7 | 2.9 | 3.2 |
| Pessoa paga | 2.5 | - | 0.9 |
| Assistência social | 1.2 | 1.4 | 1.4 |
| Assistência paga | - | 0.7 | 0.5 |
| Funcionários do lar | - | 2.9 | 1.8 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

Quadro 18 Quem cuida do idoso com necessidade de cuidados especiais, segundo o local onde se encontra:

| | Em casa do inquirido | Em casa de familiar do inquirido | Em casa Do Idoso | Lar ou casa de repouso | Total |
|-----------------------|----------------------|----------------------------------|------------------|------------------------|-------|
| Inquirido | 65,4 | 7,1 | 24,2 | 9,1 | 36,5 |
| Familiar do inquirido | 29,7 | 82,2 | 48,5 | 36,3 | 45,2 |
| Cônjuge do idoso | 4,9 | 7,1 | 16,2 | 9,1 | 10,5 |
| Serviços gratuitos | * - | - | 9,1 | 9,1 | 4,6 |
| Serviços pagos | ** - | 3,6 | 2,0 | 36,4 | 3,2 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

N = 219

* Cuidados prestados por pessoas não pagas, não pertencentes à família e serviços de assistência social gratuitos.

** Cuidados prestados por pessoas pagas, não pertencentes à família e serviços de assistência pagas.

Quadro 19 Quem cuida do idoso com necessidade de cuidados especiais, segundo o local onde se encontra:

| | Em casa do inquirido | | Em casa de familiar do inquirido | | Em casa Do Idoso | | Lar ou casa de repouso | | Total | |
|-----------------------|----------------------|-------|----------------------------------|-------|------------------|-------|------------------------|-------|-------|-------|
| | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M |
| Inquirido | 25,0 | 82,5 | 13,3 | - | - | 40,0 | - | 12,5 | 9,9 | 52,2 |
| Familiar do inquirido | 62,5 | 15,7 | 66,7 | - | 64,1 | 38,3 | 66,7 | 25,0 | 64,2 | 34,1 |
| Cônjuge do idoso | 12,5 | 1,8 | 13,3 | 100,0 | 25,6 | 10,0 | - | 12,5 | 18,5 | 5,8 |
| Serviços gratuitos* | - | - | - | - | 7,7 | 10,0 | 33,3 | - | 4,9 | 4,3 |
| Serviços pagos** | - | - | 6,7 | - | 2,6 | 1,7 | - | 50,0 | 2,5 | 3,6 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

n = 219

Fonte: Inquérito Nacional – 1999

* Cuidados prestados por pessoas não pagas, não pertencentes à família e serviços de assistência social gratuitos.

É ainda interessante verificar como, nos casos em que os idosos, mesmo precisando de cuidados, ficam em casa própria, o cônjuge é poucas vezes apontado como fonte de cuidados. Várias realidades poderão estar por trás deste

dato. Uma das hipóteses poderá estar relacionada com factos conhecidos sobre a maior esperança de vida das mulheres que, ficando viúvas, deixam de poder contar com os cônjuges para eventuais auxílios na velhice. Neste caso, os idosos retratados nesta situação poderão ser os “cônjuges sobreviventes” e estarão, efectivamente, sozinhos em suas casas. No entanto, e talvez mais no caso das mulheres, a longevidade pode não ser o único factor a interferir na questão da prestação dos cuidados. Sabemos, de facto, que os cuidados se prestam por via feminina. Assim, e numa situação em que a mulher idosa possa necessitar de cuidados especiais, o cônjuge, ainda que presente e capaz, poderá delegar em filhas, noras ou netas, caso elas existam e estejam dispostas a isso, a responsabilidade desses cuidados.

Conclusão

Esta comunicação teve como principal objectivo analisar a questão global das redes de interajuda familiar, dando particular destaque aos aspectos que se prendem com os cuidados a prestar às crianças e aos idosos. Procurando ter sempre presente a questão do género, foi uma preocupação constante tentar perceber como homens e mulheres lidam com as questões concretas que foram abordadas. Numa tentativa de sintetizar as linhas gerais que orientaram este texto, parece-nos possível apresentar algumas conclusões gerais.

Em primeiro lugar, em qualquer uma das dimensões analisadas verificou-se que as questões de género assumem uma importância fundamental na estruturação dos padrões de interajuda e redes familiares. Nomeadamente, são as mulheres quem assume um papel determinante em toda a materialização destas dinâmicas de interajuda – quer no caso dos cuidados a prestar às crianças, quer nos cuidados prestados a idosos.

No que diz respeito aos cuidados com crianças, foi possível concluir que as redes familiares têm menos peso do que seria de supor, existindo um grande equilíbrio entre soluções familiares e soluções exteriores à família (equipamentos como creches, infantários, jardins de infância, amas ou centros de actividades de tempos livres). Foi ainda possível constatar que largas percentagens de crianças (30% dos 0 aos 2 anos e 24% dos 3 aos 5 e dos 6 aos 10), têm como situação socioeducativa e de guarda a própria mãe, trabalhando esta fora de casa. O que, dado o enquadramento profissional desta, deixa, claramente, subentender que estamos perante más soluções.

É ainda importante reter, em relação às redes de interajuda que quem mais precisaria delas (nomeadamente, sectores sociais mais desfavorecidos) é quem menos recorre, ou pode recorrer, à ajuda que elas podem proporcionar. Ora, convém salientar que são exactamente os sectores mais desfavorecidos que mais pesam, em termos numéricos, no total da população.

Por último, no campo dos cuidados prestados aos idosos, verifica-se que as soluções exteriores à família têm um peso menor do que aquele que é habitualmente assumido. De facto, a solução “equipamentos” apresenta valores muito inferiores às soluções familiares, largamente dominantes.

Para terminar, parece importante referir que esta pesquisa veio levantar questões inesperadas. É o caso da questão suscitada pelo grande número de situações precárias que parecem existir a nível nacional quando se fala em soluções socioeducativas e de guarda das crianças, ou da situação de uma significativa percentagem de idosos com necessidades de acompanhamento que se encontram, aparentemente, sozinhos em casa. Estes dados revelam a complexa encruzilhada de transformação em que Portugal se encontra e vêm demonstrar que não se pode fazer a economia da pesquisa e que se impõe a necessidade de aprofundar o conhecimento das situações.

Referências Bibliográficas

Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wall (1998), “Relações familiares: mudança e diversidade”, in Viegas, José Manuel Leite e António Firmino da Costa (1998) *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta.

Almeida, João Ferreira de et al, (1994) “Recomposição Socioprofissional e Novos Protagonismos”, in António Reis (coord.) *Portugal 20 anos de Democracia*, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 307-330.

André, Isabel (1993), *O Falso Neutro em Geografia Humana: Género e Relação Patriarcal no Emprego e no Trabalho Doméstico*, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

European Commission Network on Childcare and Other Measures to Reconcile Employment and Family Responsibilities (1996) *A Review of Services for Young Children in the European Union 1990-1995*.

European Network on Policies and the Division of Unpaid and Paid Work, Tilburg University, http://cwis.kub.nl/~fsw_2/network.

Ferreira, Virgínia (1993) “Padrões de segregação das mulheres no emprego: uma análise do caso português no quadro europeu”, in Santos, Boaventura de (org.) *Portugal: Um Retrato Singular*, Ed. Afrontamento/CES, pp. 233-257.

Observatoire Européen des Politiques Familiales Nationales (1996) *Synthèse des Politiques Familiales Nationales*, 1994, The University of York.

Torres, Anália e Francisco Vieira da Silva (1998), “Guarda das Crianças e Divisão do Trabalho entre Homens e Mulheres”, in *Sociologia Problemas e Práticas*, n. 28, pp.9-66., CIES, Oeiras, CELTA.

Torres, Anália Cardoso et al, (2000) *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho* (Relatório de Pesquisa), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE, Lisboa, Policopiado.

Viegas, José Manuel Leite e António Firmino da Costa (1998) *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta.

Willemsen, Tineke, Gerard Frinking e Ria Vogels (eds.) (1995), *Work and Family in Europe: The Role of Policies*, Tilburg, TUP.